

## RESUMO DO RELATÓRIO DE POLÍTICA EDUCACIONAL

# Implementação de reformas no ensino médio

*Experiências internacionais e aprendizados para o Brasil*

AUTORES: Felipe Michel Braga, Ana Amélia Laborne, Alexandre Marini, Liliane Souza e Silva e Vanda Duarte

## 1] INFORMAÇÕES INICIAIS

**A reformulação do ensino médio no Brasil está em curso há mais de dez anos, em um cenário com desafios pedagógicos, logísticos e políticos.** Os pilares para a implementação da reforma foram estabelecidos pela Lei n.º 13.415/2017 e pela Base Nacional Comum Curricular do ensino médio, em 2018. Experiências internacionais de transformações dessa etapa de ensino indicam que o sucesso da implementação no Brasil depende da existência de um sistema estruturado de apoio para a transição do “velho” para o “novo” ensino médio. As condições para essa mudança não estão plenamente instaladas. Escolas, gestores escolares e professores precisam ser preparados, ao longo dos anos, para viabilizar os princípios dessa nova concepção de ensino médio, que inclui flexibilidade e protagonismo juvenil.

## 2] RELEVÂNCIA DO TEMA PARA O DEBATE DE POLÍTICAS NACIONAIS

**A transição pela qual passa o ensino médio se reflete nas condições de ensino e aprendizagem dos estudantes,** com desdobramentos para os seus processos de desenvolvimento durante o período em que frequentam a escola, nas experiências no mundo do trabalho e na continuidade da formação. O conhecimento científico e técnico sistematizado é essencial para o monitoramento e o aprimoramento das políticas educacionais, principalmente em processos incipientes e em curso. A partir de outras experiências, com consciência de que não são modelos prontos e a serem copiados, podemos traçar aprendizados relevantes ao contexto brasileiro.

### SOBRE O RELATÓRIO

#### [ Parceria

Dados para um Debate Democrático na Educação (D<sup>3</sup>e), Instituto Natura e Instituto Unibanco.

#### [ Propósito

Contribuir para o debate sobre as mudanças no ensino médio no Brasil a partir dos aprendizados proporcionados por três territórios internacionais.

#### [ Motivação

A implementação da reforma traz desafios para gestores de sistemas, diretores escolares, educadores, estudantes e sociedade. É preciso considerar a complexidade das relações entre esses atores, as especificidades locais, os gargalos de formação, o suporte e o apoio aos envolvidos, assim como a necessidade de aprimoramento da infraestrutura, dos sistemas gerenciais de informações, além das questões logísticas e operacionais.

**Data de publicação**  
NOVEMBRO/2022



**ACESSE o Relatório  
de Política Educacional**

### 3 | ANÁLISES REALIZADAS

As experiências do Chile, de Portugal e da província de Ontário (Canadá) sugerem pontos de atenção para o Brasil:

#### TRAJETÓRIA CURRICULAR

- Oferecer repositório atualizado de disciplinas eletivas, favorecendo intercâmbio, qualidade e transferências de aprendizagens ao longo do processo.
- Promover planejamento adaptativo da oferta, de acordo com as condições das escolas, as preferências dos estudantes e a qualificação de professores.
- Concentrar a formação geral básica dos estudantes nos primeiros anos do ensino médio.
- Considerar regimes de promoção parcial para reduzir a repetência e favorecer a aprendizagem.

#### TRAJETÓRIA DO ESTUDANTE

- Orientar o estudante sobre qual itinerário deseja seguir, inclusive, quando possível, antes do ensino médio.
- Estruturar uma organização curricular que possibilite a mudança de trajetória/itinerário.
- Combater a cultura da repetência e promover a aprendizagem centrada em competências.
- Possibilitar a escolha de disciplinas/componentes curriculares pelos estudantes, em alinhamento com sua vocação, e, quando houver, com a “vocação” da escola.
- Fomentar ações de recomposição das aprendizagens, considerando o contexto pós-pandemia.

#### TRAJETÓRIA DO PROFISSIONAL DA ESCOLA

- Mapear interesses dos estudantes e necessidades formativas para atendimento pelos professores.
- Investir nas formações de docentes e gestores, especialmente do diretor da escola e do professor do projeto de vida.

- Garantir formação adequada para adotar requisitos e referenciais comuns na atuação dos diretores.
- Promover formação continuada de professores, centrada na prática pedagógica e no protagonismo juvenil.
- Estruturar campanhas de sensibilização, incentivo e valorização social e financeira da profissão docente.
- Promover formações específicas para atendimento e inclusão de grupos historicamente discriminados.

#### GOVERNANÇA INTERNA E INTEGRAÇÃO ENTRE ÁREAS DAS SECRETARIAS

- Estabelecer objetivos simples para a implementação da reforma, que gestores, governantes e comunidade escolar compreendam e com os quais se comprometam.
- Integrar equipes pedagógicas com as equipes que administram os meios e os materiais para o atendimento dos estudantes.
- Manter canais de diálogo com vários atores: diretores, professores, estudantes e comunidade escolar.

#### LOGÍSTICA PARA ENSINO MÉDIO FLEXÍVEL

- Promover parcerias com instituições para ampliar e garantir a pluralidade da oferta dos itinerários.
- Aumentar o investimento na educação, garantindo e respeitando a legislação nacional.
- Ampliar o investimento em infraestrutura tecnológica, a conectividade e a formação para o uso de tecnologia da informação.

### COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR

- Permitir que pais e membros da comunidade escolar estejam bem informados a respeito da transformação em curso e participem da tomada de decisões por meio de entidades representativas.

### MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Reformar sistemas de avaliação nas escolas, cuja influência se manifesta na facilidade que os alunos têm de transitar entre currículos e cumprir o itinerário.
- Realinhar as avaliações de larga escala ao novo currículo e a arquitetura do ensino médio.

### TERRITÓRIOS INTERNACIONAIS FORAM ESCOLHIDOS PARA ANÁLISE PORQUE:

*Há reformas educacionais em andamento no nível análogo ao ensino médio no Brasil e possuem melhores resultados históricos no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), ao mesmo tempo que oferecem diferentes perspectivas.*

## 4] RECOMENDAÇÕES

> **O estudante deve estar no centro do processo educativo.** As escolas precisam oferecer ao estudante um sistema de apoio e orientação que o ajude a tomar decisões relacionadas à sua trajetória antes, durante e após o ensino médio. O Ministério da Educação (MEC) e as redes estaduais podem ofertar um portfólio de programas ou projetos voltados para as necessidades de alunos e professores.

> **A implementação deve ser adaptativa.** A mudança é longa e envolve diferentes públicos e contextos. As redes estaduais devem se preparar para lidar com resistências e demora na adaptação ao novo modelo. Pode ocorrer uma redução ou estagnação nos resultados das avaliações de larga escala, no curto prazo. Isso deve ser administrado para não se tornar um risco de descontinuidade precoce da reforma.

> **A formação continuada deve ser um elemento fundamental.** Cursos para gestores escolares, professores regulares e professores de projetos de vida devem ser realizados pelas instâncias nacionais, pelos estados e pelas próprias escolas, promovendo o empoderamento de instâncias colegiadas locais. Recomenda-se o modelo descentralizado, em que as redes possam promover a formação continuada adaptada ao contexto local.

> **A orientação nacional deve acompanhar as soluções locais.** Todos os atores envolvidos nas mudanças devem ser guiados por metas claras, para facilitar o alcance do objetivo de ter o estudante presente na escola, com aprendizado adequado e apto para realizar suas vocações. O MEC pode incentivar a comparabilidade e a compatibilidade entre as redes, bem como sistematizar e promover trocas sobre experiências estaduais e locais.

> **A implementação requer financiamento.** As redes devem se preparar para fazer aportes financeiros, pois essa transição traz altos custos para a execução, o monitoramento e as adequações necessárias. As mudanças demandam recursos e tempo para sua implantação, e não há garantia de sucesso imediato, mas previsão de impactos positivos a longo prazo, quando implementadas de forma sustentável e consistente.

> **Deve ser dada atenção para a necessidade de inclusão e equidade.** Os profissionais precisam ser formados para contribuir intencionalmente para a redução das desigualdades de acesso, permanência e aprendizagem. É necessário, por exemplo, que estejam preparados para lidar com estudantes do ensino noturno, que tenham a língua portuguesa como segunda língua, para o atendimento à população indígena, o trato com o racismo e o sexismo na escola.

TABELA – AÇÕES POSSÍVEIS PARA MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E ESCOLAS

RECOMENDAÇÕES	Ministério da Educação	Secretarias de Educação	Escolas
<b>1. Colocar o estudante no centro do processo educativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ofertar um portfólio de programas ou projetos voltados para as necessidades de alunos e professores.</li> <li>Disponibilizar projetos para adesão, de forma focalizada, para as unidades escolares contextualizarem as intervenções.</li> <li>Criar um repositório unificado com informações sobre os estudantes, que pode ser acessado por diferentes professores e profissionais.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Oferecer apoio estruturado ao estudante, garantindo informações e orientações para construção da sua trajetória.</li> <li>Fortalecer a atuação do professor de projeto de vida para aconselhar e orientar a escolha da trajetória dos estudantes.</li> </ul>
<b>2. Fomentar o entendimento de que a implementação é gradual e adaptativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover canais de disseminação das ações em andamento, favorecendo apoio político e técnico para a reforma.</li> <li>Disseminar boas práticas e aprendizados das experiências dentro e entre unidades escolares.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover canais de disseminação das ações para a comunidade escolar.</li> <li>Disseminar boas práticas e aprendizados das experiências dentro e entre escolas.</li> </ul>
<b>3. Promover ações de sensibilização, valorização e formação contínua dos profissionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a comunicação entre os diferentes níveis governamentais e entre secretarias de Educação.</li> <li>Garantir espaços de formação contínua para técnicos das secretarias (on-line, híbrida e presencial).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estimular a comunicação entre níveis governamentais e gestores.</li> <li>Estruturar a formação continuada e a construção de espaços de troca, criando comunidades de aprendizagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar atividades práticas e síncronas, que abordem as formas de promover a reforma do ensino médio nas escolas e salas de aula.</li> </ul>
<b>4. A orientação nacional deve acompanhar as soluções locais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer metas claras para a ação de todos os atores envolvidos.</li> <li>Elaborar um catálogo nacional de boas práticas em eletivas.</li> <li>Organizar a disponibilização de informações das unidades da Federação, produzindo insumos para pesquisa, formação continuada e controle social.</li> <li>Incentivar a comparabilidade e a compatibilidade entre estados.</li> <li>Promover trocas e aprendizagem entre governos subnacionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter a autonomia para definição dos currículos com complementação regional/local.</li> <li>Promover trocas com outros estados e entre escolas e unidades regionais, para propiciar aprendizagens.</li> <li>Coordenar ações com outras áreas das políticas públicas, como transporte, saúde e assistência social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter a capacidade de propor disciplinas, temas de estudo e materiais que dialoguem diretamente com o contexto local.</li> <li>Promover trocas entre escolas e unidades regionais, para propiciar aprendizagens.</li> <li>Diversificar parcerias com universidades, organizações privadas e não governamentais para o uso de tecnologia para a oferta de itinerários plurais.</li> </ul>
<b>5. Investir na logística e na infraestrutura, equipamentos e recursos humanos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ampliar a oferta de percursos escolares, por meio do apoio técnico para as equipes das secretarias.</li> <li>Fomentar a troca de experiências sobre logística entre estados.</li> <li>Investir na infraestrutura física e tecnológica, viabilizando itinerários em cidades e escolas pequenas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Investir na ampliação da oferta de percursos escolares, considerando as vocações regionais e preferências dos estudantes.</li> <li>Qualificar a rede de dados e o parque tecnológico das escolas para diversificar a oferta de trajetórias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adotar uma logística, de equipamentos a recursos humanos, para viabilizar efetivamente a escolha de trajetórias ou disciplinas.</li> </ul>
<b>6. Atentar-se para questões de inclusão e equidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover políticas públicas que favoreçam a permanência estudantil, considerando o pós-pandemia e a crise econômica.</li> <li>Coordenar ações com outras áreas das políticas públicas, como transporte, saúde e assistência social.</li> <li>Promover a formação dos profissionais atentando para questões de inclusão e equidade.</li> </ul>		



A associação civil sem fins lucrativos **Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e)** colabora para o aprimoramento do debate educacional brasileiro e para a qualificação do uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas educacionais fundamentadas e consistentes, que promovam educação equitativa e de qualidade no Brasil.

#### Autores do Relatório de Política Educacional

Felipe Michel Braga, Ana Amélia Laborne, Alexandre Marini, Lilliane Souza e Silva e Vanda Duarte

**Autoras do Resumo** Carolina Cotta

**Revisão de texto** Victor Ferreira

**Projeto gráfico e diagramação** [LABIRIN.TO](http://LABIRIN.TO)